

Ajuste garante maior poupança

EDUARDO MODIANO, Professor da PUC e um dos pais do Cruzado:

“As medidas que devem ser anunciadas pelo Governo certamente não terão o apoio popular que obteve o Plano Cruzado, ao ser lançado em 28 de fevereiro. Mas, de fato, o Governo tinha necessidade de alguns ajustes, principalmente para aumentar a poupança interna. Acho, também, que o Governo deveria ter investido mais em publicidade, para mostrar os bons resultados do Programa de Estabilização Econômica nesses primeiros meses, como, por exemplo, que os preços dos alimentos estão três por cento mais baratos do que em 28 de fevereiro e que o poder de consumo da população melhorou, quando o que tem sido alardeado são problemas localizados sobre o índice da inflação como vestuário, carne e leite e que não foram consequência do pacote”.

CÉSAR MAIA, Assessor Econômico do Governo do Estado do Rio de Janeiro: “O risco das medidas a serem anunciadas pelo Governo é de um desaquecimento muito forte da economia e que pode ocasionar problemas sérios, por exemplo, para o comércio que está trabalhando com margens baixas de lucro e se apoiando no grande volume de vendas. Além disso, será criado um fundo de investimento em que grande parte, certamente, será para tapar o buraco do déficit público que, até hoje, não sabemos qual é. Não sou contra o déficit público, mas sim do déficit atual do Governo que é basicamente de custeio. Se fosse um déficit de investimentos estou certo de que a sociedade, de um modo geral, não iria criticar o déficit. É importante ressaltar ainda que, novamente, teremos um pacote sem que tenha sido discutido junto à população”.

JUAREZ RIZZIERI, Coordenador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômica (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP): “A aplicação de empréstimos compulsórios em tarifas, aquisições de bens ou na venda de combustíveis é uma forma de apropriação pelo Governo, de ágio para administrar a escassez. O empréstimo compulsório é uma prática nada democrática e pouco comum nas economias de mercado e seu reflexo, nos índices que aferem o custo de vida, depende da forma como serão operacionalizados”.
